

ATIVIDADES:

HOSPITAIS E LABORATÓRIOS:

CLÍNICAS EM GERAL:

ACAMPAMENTOS E SEMELHANTES (COM OU SEM ALIMENTAÇÃO);

HOSPEDARIAS E PENSÕES DE HOSPEDAGEM (COM OU SEM ALIMENTAÇÃO);

HOTÉIS E MOTÉIS COM OU SEM SERVIÇO DE BAR E RESTAURANTE; E

RESTAURANTES, BARES E LANCHONETES.

LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO).

Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.

1 – Requerimento

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

11 – Planta de localização

Em cópia de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, croquis ou outros, georreferenciada, no sistema de projeção UTM ou Geográfica, com coordenadas do polígono do imóvel e da área de intervenção.

12 – Memorial descritivo do empreendimento

Deverá contemplar:

- a) Os objetivos e a justificativa do projeto;
- b) Características do empreendimento, contendo minimamente: atividades a serem desenvolvidas no estabelecimento; área total do imóvel/terreno; área de intervenção; Taxa de Ocupação (TO); Área Total Edificada (ATE); volume de terraplenagem; dimensionamento das áreas destinadas aos diferentes usos previstos; estimativa da demanda de água e fonte de abastecimento (durante a fase de obras e durante a fase de ocupação); sistema de tratamento de efluente sanitário; fontes de energia; unidades de coleta, tratamento e acondicionamento de resíduos; e
- c) Unidades de apoio durante as obras (canteiro de obras).

13 – Planta baixa

Em escala compatível, indicando no mínimo os seguintes elementos:

- a) Edificações;
- b) Rede coletora e unidades de tratamento de efluentes;

- c) Áreas de uso comum; e
- d) Estacionamento.

14 – Planta baixa de cada pavimento

Deverá indicar a finalidade de cada sala, de forma a confirmar as informações apresentadas no memorial descritivo.

15 – Relatório de atendimento das condicionantes da Licença Prévia e de Instalação/Licença de Instalação (LPI/LI).

16 – Protocolo de Requerimento ou documento de Outorga ou Certidão Ambiental de uso insignificante de recursos hídricos

No caso de extração de água subterrânea, captação de água superficial ou lançamento de efluentes em corpos d'água superficiais.

17 – Manual de operação do sistema de abastecimento de água (se for o caso)

Acompanhado da respectiva ART e documentos do responsável técnico.

18 – Manual de operação do sistema de tratamento de efluentes/esgotos (se for o caso)

Acompanhado da respectiva ART e documentos do responsável técnico.

19 – Manual de operação do grupo de geradores (se for o caso)

Acompanhado da respectiva ART e documentos do responsável técnico.

20 – Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS)

Nos termos da Lei nº 12.305/10, art. 20; e conforme regulamentação vigente da ANVISA e do CONAMA.

21 – Documentos previstos para LPI necessários à caracterização do empreendimento

Caso o empreendimento não tenha sido submetido ao procedimento de licenciamento previamente à implantação.

No Portal do Licenciamento (portallicenciamento.inea.rj.gov.br) estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações, basta clicar na aba “Área do requerente”.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.